

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
28º CONCURSO PÚBLICO - PROCURADOR DE JUSTIÇA ADJUNTO
PROVA PREAMBULAR OBJETIVA

BRASÍLIA, 29 DE MARÇO DE 2009

QUESTÃO 1

Analise os itens abaixo e responda:

I - O erro de proibição não se confunde com o erro de permissão, eis que o primeiro incide sobre a existência, a validade e o significado da lei penal, enquanto que este se reporta à justificação inexistente ou aos limites jurídicos da justificação existente.

II - A teoria extremada da culpabilidade foi desenvolvida por Welzel e atribuí, a todas as modalidades de erros de proibição, as mesmas consequências relativas à exclusão ou mitigação da culpabilidade do agente, conforme seja o erro escusável ou inescusável, respectivamente.

III - A diferenciação entre o erro de proibição direto, o erro de proibição indireto e o erro de tipo permissivo somente faz sentido à luz da teoria limitada da culpabilidade, a qual atribui distintas consequências ao erro de proibição, referentes à exclusão do dolo, nesse último caso, ou à exclusão ou redução da reprovação de culpabilidade, nos dois primeiros.

IV - Da leitura dos artigos 20 e 21 do Código Penal, conclui-se ter a legislação nacional adotado a teoria limitada da culpabilidade.

V - Difere a teoria do dolo da teoria da culpabilidade em virtude de considerar a primeira o conhecimento do injusto como elemento do dolo, ao passo que para a última, que se vincula à teoria finalista da ação, aquele integraria a própria culpabilidade.

- A** Apenas um item está correto.
- B** Apenas dois itens estão corretos.
- C** Três itens estão corretos.
- D** Apenas um item está incorreto.
- E** Todos estão corretos.

QUESTÃO 2

Analise os itens abaixo e responda:

I - A teoria da *actio libera in causa* pressupõe imputabilidade do agente na ação anterior aos atos de execução criminosa, em que ele se coloca em estado de incapacidade de culpabilidade, seja com a intenção de realizar ou com a mera previsibilidade da possibilidade de realizar fato típico posterior determinado.

II - Excluem a capacidade de culpabilidade e, por conseguinte, a própria culpabilidade do agente criminoso, a embriaguez completa por caso fortuito ou força maior, pelo álcool ou substâncias análogas.

III - Decorre da política criminal a adoção da presunção *juris tantum* referente à incapacidade de culpabilidade desfrutada pelos menores de dezoito anos, os quais presumem-se incapazes de compreender o injusto da maioria dos crimes comuns, embora o sejam quando se trata de crimes graves, como o homicídio, o latrocínio, lesões corporais, etc.

IV - De certa forma, a cisão da tipicidade em tipicidade formal e tipicidade material, esvazia o conceito de antijuridicidade da conduta típica, uma vez que se anteciparia o juízo atinente ao injusto da ação ou omissão praticada, trazido para o plano do fato típico.

V - Constitui causa supralegal de justificação o consentimento do titular do bem jurídico ofendido, o qual consiste na renúncia à proteção penal de bens jurídicos disponíveis, podendo se falar na exclusão da antijuridicidade em face do consentimento real ou do consentimento presumido do referido titular.

O número de **itens corretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 3

A respeito do crime tentado, analise os itens abaixo e responda:

I - Com o objetivo de delimitar o início da execução criminosa, que assinala o começo da punibilidade da ação típica, separando-se das meras ações preparatórias, ainda impuníveis, surgiram as teorias da tentativa, dentre as quais destacam-se as teorias objetiva formal, objetiva material, a subjetiva e a objetivo-subjetiva.

II - Como não há crime culposo sem que ocorra a produção de um resultado naturalístico, não é possível sua prática na forma tentada.

III - Tampouco admitem a tentativa os crimes omissivos próprios e impróprios.

IV - A punibilidade da tentativa se funda no perigo colocado ao bem jurídico, daí não ser punível a tentativa inidônea, a qual sequer chega a impor risco ao bem jurídico.

V - Como o crime tentado não chega a reunir todos os elementos presentes no tipo, não é possível aplicar a respectiva pena em patamar idêntico ao do crime consumado.

O número de **itens corretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 4

Sobre a pluralidade aparente de leis penais, analise os itens abaixo e responda:

I - A aplicação do critério da especialidade pressupõe a existência de um tipo geral e de um tipo especial, o qual contém todos os caracteres do tipo geral e mais alguns caracteres especiais, ficando excluído o tipo geral por uma relação lógica entre continente e conteúdo.

II - A relação de subsidiariedade entre dois ou mais tipos penais pode ser formal ou material, sendo esta última extraída da relação de sentido entre tipos legais, como os tipos de passagem, que constituem estágios preliminares, mas não necessários, da realização de tipos mais graves.

III - Observa-se relação de subsidiariedade entre formas de autoria e de participação. Assim, a cumplicidade seria conduta subsidiária da instigação. A primeira, por sua vez, é subsidiária da própria autoria criminosa.

IV - O antefato e o pós-fato co-punidos se apresentam em relação de consunção com o tipo principal, sendo por ele absorvidos.

V - Aplica-se o critério da subsidiariedade em face de diferentes normas penais que protegem iguais bens jurídicos em diferentes estágios de agressão.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 5

A respeito da aplicação da norma penal, analise os itens abaixo e responda:

I - A ultratividade da norma penal incriminadora não é admitida em nenhuma hipótese.

II - A analogia não é admitida no Direito Penal em razão do princípio da reserva legal.

III - A interpretação analógica não se presta para a criação de condutas criminosas, embora possa ser utilizada nas normas permissivas e explicativas.

IV - O Código Penal adota a teoria da ubiquidade quanto ao tempo do crime a fim de se evitar a impunidade, principalmente nos crimes praticados em região fronteira de outros países, que se adotasse teoria diversa, poderiam ensejar uma situação em que nenhuma das leis alcançaria o fato considerado crime.

V - Um navio ou aeronave de bandeira brasileira, aportado em porto estrangeiro, não é considerado território nacional para efeito de aplicação da lei penal brasileira.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 6

Analise os itens abaixo e responda:

I - No crime continuado, o prazo prescricional começa a correr a partir da última ação praticada.

II - Os crimes praticados contra o patrimônio do Distrito Federal em território estrangeiro somente terão aplicação da lei brasileira caso o país em questão não aplique sua norma ao fato mencionado.

III - A imunidade diplomática é absoluta.

IV - Os vereadores têm imunidade absoluta quanto a todos os crimes contra a honra praticados durante o seu mandato, equiparando-se, neste aspecto ao deputado federal.

V - O Presidente da República tem imunidade material assemelhada a dos parlamentares.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 7

Analise os itens abaixo e responda:

I - O finalismo e o causalismo divergem entre si principalmente quanto ao conteúdo da ação, com reflexos imediatos dirigidos à antijuridicidade da conduta.

II - A voluntariedade pertence ao conceito de conduta humana nas duas teorias, finalismo e causalismo, sendo que o reconhecimento desta como único requisito subjetivo configura o denominado dolo normativo.

III - A culpabilidade, enquanto mero juízo de reprovação, segundo a teoria causalista, não é considerada parte integrante do conceito formal de crime.

IV - A verificação do nexo causal do crime omissivo é feita através da eliminação hipotética.

V - O crime omissivo impróprio não admite a forma tentada.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 8

Analise os itens abaixo e responda:

I - Para a consumação do crime há necessidade do exaurimento.

II - Existe diferença ontológica entre crime e contravenção penal.

III - Existindo a previsibilidade na análise da conduta, o crime deixa de ser considerado culposos e passa a ser tratado como doloso.

IV - A impropriedade relativa do meio afasta a possibilidade da forma tentada do crime em razão da impossibilidade do crime.

V - A existência de causa relativamente dependente que por si só provoca o resultado, faz com que o agente responda somente pelos atos praticados.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 9

Analise os itens abaixo e responda:

I - Os crimes de peculato, concussão, usurpação de função pública, excesso de exação e de corrupção passiva são crimes de mão própria, eis que se exige uma particular qualidade do agente, qual seja, a de funcionário público.

II - A importação ou exportação de mercadoria proibida, bem como a ilusão, no todo ou em parte, do pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria, configuram o crime de contrabando ou descaminho.

III - Configura peculato culposo a apropriação de dinheiro ou qualquer utilidade, por parte do funcionário público, que tenha ele recebido, no exercício do cargo, por erro de outrem.

IV - Constitui crime contra a fauna, previsto na Lei 9.605/1998, a introdução de espécime animal no país, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.

V - Configura crime contra a ordem econômica e as relações de consumo a formação de acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes visando, por exemplo, ao controle regionalizado do mercado por empresa ou grupo de empresas.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 10

Analise os itens abaixo e responda:

I – Segundo entendimento sumulado no STJ, a atenuante deve sempre ser aplicada, ainda que todas as circunstâncias do artigo 59 do CP sejam favoráveis ao acusado, sob pena de nulidade da sentença.

II – A prática de falta grave não atinge os dias que já tiverem sido remidos pelo acusado em razão do princípio da segurança jurídica.

III – O Juiz da Vara de Execuções é o competente para determinar a progressão de regime, bem como executar as penas pecuniárias.

IV – A existência de causa de aumento de pena não permite que o Juiz aplique a pena acima do máximo previsto para o crime em questão, qualquer que seja a pena.

V – Concedida a reabilitação, o acusado não poderá ser considerado reincidente, em razão da prática de novo crime.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 11

Analise os itens abaixo e responda:

I – As circunstâncias que envolvem o erro acidental, tal como erro de pessoa ou erro de execução, não têm o condão de alterar ou determinar a competência e procedimento para a apuração do delito.

II – No concurso formal impróprio, o Magistrado deve considerar a pena do crime mais grave como parâmetro inicial, aplicando-se, em seguida, uma causa de aumento sobre esta.

III – A violação das condições judiciais estabelecidas pelo Magistrado é causa de revogação imediata e obrigatória do benefício da suspensão da pena privativa de liberdade.

IV – A isenção das custas processuais deve ser dada pelo Juiz da condenação, reconhecida a condição econômica do réu.

V – O surgimento de doença mental após a condenação do acusado enseja em reconhecimento da extinção da punibilidade.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 12

Analise os itens abaixo e responda:

I – A mãe que mata o filho durante ou logo após o parto responderá, necessariamente, pelo crime de infanticídio.

II – Nas hipóteses determinantes da forma qualificada do homicídio o legislador adotou a aplicação da interpretação analógica.

III – A consumação do artigo 122 do CP, auxílio material ou moral para o suicídio se dá com o evento morte, enquanto que a tentativa, para a aplicação do artigo 14, inciso II, do CP, exige a prática da ação da vítima buscando a auto eliminação.

IV – Em reconhecimento à teoria monista, a participação no crime de aborto somente se dá nos artigos 124 e 125 do CP (aborto com e sem consentimento praticado por terceiro).

V – O paramédico que pratica um aborto em situação de risco para salvar a gestante está acobertado pela excludente de culpabilidade prevista no artigo 128 do CP (aborto necessário).

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 13

Analise os itens abaixo e responda:

I – O exemplo dado por Nelson Hungria, do camareiro de um navio que entra na cabine de um hóspede e subtrai um colar precioso arremessando-o ao mar, pode configurar furto qualificado em razão da quebra de confiança.

II – A calúnia atinge a honra objetiva, enquanto que a difamação e a injúria atingem a honra subjetiva.

III – O indivíduo que sofre uma agressão e perde a visão de um dos olhos tem sua lesão classificada como sendo lesão corporal gravíssima, prevista no artigo 129, inciso II, do CP.

IV – O nascimento com vida do feto, durante prática de manobra abortiva, impede o reconhecimento da existência do aborto, ainda que na forma tentada.

V – Por se tratar de figuras preterdolosas, não se admite a forma tentada das lesões corporais de natureza grave, devendo o agente responder de acordo com o resultado alcançado.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 14

Acerca das organizações criminosas, analise os itens abaixo e responda:

I - Na busca da definição do que seja organização criminosa, deve-se recorrer à Convenção de Palermo, uma vez que a lei Pátria, que dispõe sobre os crimes praticados por organizações criminosas, não fornece a definição.

II - No afã de combater as organizações criminosas, a Lei 9.034/95 introduziu procedimentos de investigação inovadores e controversos, como a ação controlada, a delação premiada e a ação de agentes policiais infiltrados, entre outros.

III - Nada obstante tais procedimentos de investigação constarem de lei específica voltada ao combate do crime organizado, aplicam-se eles à apuração dos crimes comuns, previstos no Código Penal.

IV - Independentemente da duração da pena concretamente imposta, os condenados por crimes decorrentes de organizações criminosas iniciarão seu cumprimento em regime fechado.

V - A Lei 9.034/95 criou mais uma hipótese de identificação criminal do acusado, além das previstas na Lei 10.054/2000, ao dispor que as pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas serão identificadas criminalmente, independentemente de terem se identificado civilmente.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 15

Analise os itens abaixo e responda:

I - Não faz jus à circunstância atenuante genérica da confissão espontânea o condenado que, tendo-a prestado na fase inquisitorial, dela se retrata em juízo, salvo quando dela se valer o juiz para fundamentar a condenação.

II - Não se aplica, no crime de roubo circunstanciado, a majorante relativa ao emprego de arma de fogo quando esta não for apreendida e, via de consequência, periciada.

III - Segundo a jurisprudência dominante, o crime de corrupção de menores, previsto no artigo 1º da Lei Nº. 2.252/54, não se aperfeiçoa se o menor ostentar passagens pelo Juízo da Infância e da Juventude, mostrando-se, dessa forma, já corrompido.

IV - O crime de furto qualificado é incompatível com a figura privilegiada prevista no parágrafo segundo do artigo 155 do Código Penal, segundo o entendimento jurisprudencial majoritário.

V - Entende a doutrina majoritária que é possível a prática de homicídio privilegiado e, ao mesmo tempo, qualificado, desde que as qualificadoras em questão sejam objetivas.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 16

Relativamente à prática de ato infracional por adolescente, analise os itens abaixo e responda:

I - Nos termos do estatuto menorista, a prática de ato infracional grave, por si só, não enseja a aplicação da medida socioeducativa de internação, sendo necessário, também, que ao jovem infrator tenha sido aplicada medida socioeducativa mais branda em processo anterior.

II - Conquanto sejam espécies do gênero sanção, a pena e a medida socioeducativa não se confundem, eis que a primeira visa reprovar e prevenir o crime, ao passo que a segunda tem por escopo a ressocialização e a reeducação do jovem infrator.

III - A medida aplicada ao adolescente, em virtude da prática de ato infracional, levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, seus antecedentes, sua personalidade e conduta social, as circunstâncias e a gravidade da infração.

IV - O jovem infrator poderá se beneficiar da remissão, cumulada ou não com medida socioeducativa, antes de iniciada a ação socioeducativa, concedida pelo Ministério Público ou pelo Juiz.

V - É assente que a decretação da internação provisória do adolescente acusado da prática de ato infracional, pelo prazo máximo de sessenta dias, tem como requisitos aqueles da prisão preventiva, já que o adolescente infrator não pode ser tratado com mais rigor do que o adulto criminoso.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 17

Analise os itens abaixo e responda:.

I - É isento de pena, nos crimes contra o patrimônio cometidos sem violência ou grave ameaça, quem pratica o delito contra o cônjuge, na constância da sociedade conjugal, ou contra ascendente, descendente ou colateral até o segundo grau.

II - Não faz jus à escusa absolutória acima o estranho que participa do crime, o que configura exceção à tese monista adotada pelo Código Penal, no tocante à autoria criminosa.

III - Constitui receptação qualificada a aquisição, o recebimento, o transporte, a condução, a ocultação, o depósito, o desmonte, a montagem, a remontagem, a venda, a exposição à venda ou a utilização, de qualquer forma, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, de coisa que deve saber ser produto de crime.

IV - Para fins de enquadramento no tipo acima descrito, equipara-se à atividade comercial qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência.

V - Constituem qualificadoras do tipo de roubo sua prática mediante o concurso de pessoas, o fato de a vítima se encontrar em serviço de transporte de valores, ciente dessa circunstância o agente, e a manutenção da vítima em poder do agente por tempo superior ao necessário à consumação criminosa, entre outros.

O número de **itens corretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 18

Assinale o item que contem ramo da Criminalística, auxiliar da Tanatologia, que aplica o estudo de insetos aos procedimentos legais:

- A** Nematologia forense.
- B** Entomologia forense.
- C** Documentoscopia entomológica.
- D** Espectrometria entomológica.
- E** Biografoscopia.

QUESTÃO 19

No que concerne à ação civil *ex delicto*, analise os itens abaixo e responda:

I - Do sistema de jurisdições separadas, como o adotado no Brasil, decorre que duas demandas podem ser ajuizadas, uma na Justiça Cível e outra na Justiça Penal, tendo como causa de pedir o mesmo ato ilícito.

II - Faz coisa julgada na jurisdição civil a sentença criminal absolutória que tenha reconhecido ter o agente agido sob a excludente do estado de necessidade defensivo, mas não agressivo.

III - Sendo um dos efeitos da condenação criminal tornar certa a obrigação de indenizar, decorrente do fato praticado, fica, portanto, impedido o juízo cível de rediscutir a autoria e a materialidade do fato, devendo ele se ater apenas à liquidação e execução da sentença penal condenatória.

IV - Diferentemente da sentença penal condenatória, a absolutória com fundamento na insuficiência de provas da autoria ou da materialidade criminosa não produz coisa julgada no juízo cível.

V - A possibilidade de o juízo criminal e o juízo cível proferirem decisões divergentes a partir de uma única causa de pedir não constitui justificação para que o processo em trâmite no primeiro fique suspenso, aguardando a decisão do segundo.

O número de **itens incorretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 20

No tocante à ação penal, analise os itens abaixo e responda:

I - Há expressa previsão legal de que, nos crimes de estupro ou de atentado violento ao pudor praticados mediante violência física real, a ação penal será pública incondicionada.

II - O princípio da oportunidade da ação penal privada transfere ao particular a decisão de movimentar o aparato repressivo criminal estatal contra seu agressor, ficando contudo reservada privativamente, sempre, ao Estado, a possibilidade de executar a pena deste último, se condenado.

III - É causa de preempção e, portanto, de extinção da ação penal privada, o ajuizamento desta contra apenas um dos vários indiciados em inquérito policial instaurado para apurar crime de ação penal privada.

IV - O fato de o perdão, para produzir seus efeitos, imprescindir da aceitação do réu, retira a potestatividade do direito de exercê-lo, por parte da vítima.

V - É o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública que torna inaplicável, no Brasil, os institutos do *plea bargaining* e do pentitismo, em toda a plenitude que têm eles nos Estados Unidos e na Itália, respectivamente.

O número de **itens incorretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 21

A respeito das provas ilícitas, analise os itens abaixo e responda:

I - A vedação da utilização de prova ilícita por derivação encontra-se expressa no texto constitucional.

II - Para a teoria da proporcionalidade, adotada na Alemanha, o Estado pode se valer, em alguns casos, de prova ilícita para fundamentar a condenação de quem tenha praticado, por exemplo, um crime grave.

III - A vedação de utilização de prova ilícita no processo penal encontra fundamento no possível vício trazido pela prova, no que pertine à veracidade das informações apuradas e, também, na proteção jurídica que encontra outro bem jurídico, ofendido pela ilicitude da evidência.

IV - Sendo o silêncio constitucionalmente garantido aos réus no processo penal, a condução de extensos e fatigantes interrogatórios com o objetivo de extrair a confissão do acusado pode eivar de ilicitude esta, numa visão garantista processual penal.

V - A inadmissibilidade de prova ilícita pode sofrer limitações, como no caso de violação do direito de terceiro que não o investigado, caso em que a referida prova poderá ser admitida.

O número de **itens incorretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 22

No que diz respeito a imunidades e prerrogativas, analise as questões abaixo e responda:

I - A obrigação de que a citação feita em legação estrangeira seja por carta rogatória dá-se por conta do reconhecimento de que as embaixadas são territórios estrangeiros.

II - Os cônsules não dispõem das prerrogativas do corpo diplomático.

III - Os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são processados perante o STJ.

IV - O Promotor de Justiça do MPDFT, em razão de suas prerrogativas de função, é processado perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

V - Havendo envolvimento de deputado federal em prática delitiva, o curso do inquérito deve fazer-se sob a supervisão da Procuradoria Geral da República.

O número de **itens incorretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 23

Analise os itens abaixo e responda:

I - O nosso Ordenamento Jurídico repudia o flagrante esperado, principalmente por conta da atuação do agente provocador.

II - A infiltração de agentes nas organizações criminosas é prática admitida em nosso ordenamento, por se tratar de flagrante diferido ou controlado.

III - Havendo nulidade na prisão em flagrante, o juiz deve conceder a liberdade provisória, sempre após a oitiva do Ministério Público.

IV - A fiança deverá ser concedida pela autoridade policial ou pela autoridade judiciária de acordo com a gravidade do crime.

V - O arquivamento do inquérito policial a requerimento do Ministério Público poderá, em determinadas hipóteses, fazer coisa julgada material.

O número de **itens incorretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 24

No que diz respeito ao inquérito policial, analise os itens formulados e responda:

- I - Nos crimes contra a economia popular, o prazo para a conclusão do inquérito é de quinze (15) dias.
- II - Deve a autoridade policial recusar-se a atender a uma requisição de instauração de inquérito do Ministério Público quando patente a existência de causa de exclusão de ilicitude, tal como a legítima defesa.
- III - Segundo o CPP, da decisão da autoridade policial que rejeita a instauração de inquérito policial por considerar o fato atípico, cabe recurso ao Chefe de Polícia.
- IV - Se o acusado apresentar identidade civil válida, não poderá ser novamente identificado em qualquer hipótese, atendendo assim a dispositivo constitucional
- V - Caso a autoridade policial do Distrito Federal descubra indícios de participação de autoridade com prerrogativa de foro, deverá imediatamente encaminhar os autos do inquérito à autoridade judiciária competente para julgar o suspeito.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 25

Ainda sobre o inquérito policial, analise os itens e responda:

- I - Havendo o decreto da prisão temporária, a autoridade policial deverá encerrar o inquérito no prazo de dez dias.
- II - Em se tratando de crime disposto na Lei 11.343/2006, o prazo para a conclusão de inquérito de réu solto é de 30 dias.
- III - O inquérito policial tem natureza jurídica de processo administrativo, devendo ser aplicado a este todos os princípios pertinentes à Administração Pública.
- IV - Instaurado o inquérito, o Promotor de Justiça deve aguardar a sua conclusão para ofertar denúncia.
- V - Ao indiciado menor de 21 e maior ou igual a 18 anos, deve ser nomeado curador para acompanhar o inquérito e o processo, sob pena de nulidade.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 26

Em relação ao Processo Penal Militar, analise os itens abaixo e responda:

- I - Os julgamentos realizados pela Justiça Militar são realizados pelo colegiado denominado Conselho de Justiça, sob a Presidência de um Juiz de Direito, havendo previsibilidade também de julgamento monocrático.
- II - Os crimes praticados por Militar, com arma da corporação, são sempre da competência da Justiça Militar.
- III - O Militar que mata alguém em serviço será julgado pela Justiça Castrense.
- IV - Em regra, o Militar da reserva também é julgado pela Justiça Militar.
- V - A sentença condenatória de Militar Oficial de 1ª instância deve determinar a perda da patente e do posto, com possibilidade de execução imediata após o trânsito em julgado desta, caso não haja recurso.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 27

Quanto ao Tribunal do Júri, analise os itens abaixo e responda:

- I - O Tribunal do Júri deve respeitar os princípios da oralidade e da persuasão racional.
- II - A competência do Tribunal do Júri não prevalece sobre a prerrogativa de foro.
- III - A desclassificação imprópria afasta a competência do Tribunal do Júri para continuidade dos demais quesitos e dos crimes conexos que não sejam dolosos contra a vida.
- IV - A incompatibilidade das teses é justificativa suficiente para o desmembramento do julgamento perante o Tribunal do Júri.
- V - A nova alteração legislativa promovida pela Lei Nº. 11.689/2008 permitiu o julgamento perante o Tribunal do Júri sem a presença do réu, mesmo que este não tenha sido citado.

O número de **itens corretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 28

Analise os itens abaixo e responda:

- I - Ao réu citado regularmente, ainda que por hora certa, que não tiver apresentado a sua defesa escrita, será aplicada a revelia, prosseguindo-se o feito com a determinação de audiência para a realização da devida instrução.
- II - Ao réu que não for citado pessoalmente, aplicar-se-á a suspensão do processo e do prazo prescricional, podendo ocorrer a antecipação da prova perecível, ainda que presente advogado constituído pelo réu, o qual deverá ser intimado para os atos.
- III - O artigo 366 do CPP, na parte que prevê a suspensão do prazo prescricional, aplica-se em caráter supletivo aos crimes previstos na Lei n. 9.613/98, que trata dos crimes de lavagem de dinheiro.
- IV - A alteração da definição jurídica do crime, previamente imputada na denúncia, implicando em majoração da pena ou qualquer consequência jurídica mais gravosa ao acusado, obrigará a aplicação do artigo 384 do CPP, abrindo-se novo prazo para o acusado apresentar novas provas.
- V - A assistência de acusação deverá ser exercida por advogado legalmente habilitado, o qual postulará, através de petição, em nome próprio, a sua admissão no feito, após a oitiva do Ministério Público.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 29

Analise os itens abaixo e responda:

- I - Na ação pública condicionada, o Estado delega ao ofendido o direito de ação.
- II - O prazo da prisão temporária deve contar para efeito do prazo global determinado para a conclusão do processo crime.
- III - Cabe *Habeas corpus* postulando trancamento do inquérito, por falta de justa causa, dirigido ao Juiz de 1ª instância competente, postulando arquivamento de inquérito iniciado por flagrante cujas comunicações foram devidamente formuladas.
- IV - Para exercer o direito de representação, o ofendido formalmente, através de requerimento por escrito, deverá manifestar-se perante a autoridade policial.
- V - Segundo matéria sumulada no STF, diante da recusa do Promotor de oferecer a proposta de suspensão estabelecida no artigo 89 da Lei Nº. 9.099/95, deve o Magistrado apresentar proposta substitutiva.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 30

Analise os itens abaixo e responda:

- I - A solução de um conflito de atribuição entre Promotores não vincula a decisão do Magistrado no que diz respeito à competência territorial.
- II - Rejeitada a denúncia, cabe a interposição de recurso de apelação por se tratar de decisão de mérito.
- III - Em regra geral, ofertada a denúncia em crime de ação pública condicionada, não pode aquele que fez a representação retratar-se desta.
- IV - O início da ação penal, no caso da queixa, suspende a decadência.
- V - O oferecimento da denúncia fora do prazo previsto na norma é causa de nulidade relativa.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 31

Analise os itens abaixo e responda:

- I - A exceção da verdade não é admitida quando o fato imputado se tratar de ação penal privada.
- II - O perdão de um dos ofendidos não obsta o prosseguimento da ação penal em relação a todos os outros ofendidos.
- III - Na queixa subsidiária, o perdão pode ser oferecido antes da sentença condenatória.
- IV - Para ofertar a queixa subsidiária, tem o ofendido o prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o Ministério Público.
- V - O acordo para a composição dos danos civis não implica em perdão do ofendido nos termos do artigo 74, parágrafo único da Lei Nº. 9.099/95.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 32

Analise os itens abaixo e responda:

- I - A prevenção é regra para determinar a Jurisdição.
- II - Na emissão de cheque sem fundos, o foro competente é o lugar onde se deu a fraude.
- III - Em erro de execução, um militar mata outro militar, quando pretendia matar um civil. A competência é da Justiça Castrense, segundo dispõe o artigo 9º do Código de Processo Penal.
- IV - O Governador e o Vice-Governador do Distrito Federal têm foro privilegiado no STJ para as infrações penais comuns.
- V - O Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal é julgado perante o TJDF em razão de infrações penais comuns.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 33

Analise os itens abaixo e responda:

- I - Um crime praticado contra um Delegado da Polícia Federal, dependendo das circunstâncias, pode vir a ser julgado perante a Justiça Federal.
- II - O Delegado de Polícia do Distrito Federal não tem prerrogativa de foro, devendo ser julgado perante a Justiça Comum.
- III - Um Promotor de Justiça que pratica um crime durante uma viagem a outra unidade da Federação deve ser julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado onde foi praticado o crime, em razão da competência territorial.
- IV - A perpetuação do foro é reconhecida em súmula do STF e ainda está em plena vigência.
- V - No Processo penal, a conexão e a continência determinam a união dos processos.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 34

Analise os itens abaixo e responda:

- I - O Supremo Tribunal adotou posicionamento que a atração por continência ou conexão do processo de co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos envolvidos viola do princípio do Juiz natural.
- II - Cabe recurso em sentido estrito da decisão que indefere requerimento de instauração de incidente de insanidade mental.
- III - Há previsão de recurso nominado para a decisão que não aceita a suspeição ou impedimento de Membro do Ministério Público na ação penal.
- IV - A lei permite de forma expressa à Defensoria Pública, bem como nas hipóteses de Assistência Judiciária, o prazo em dobro para a interposição de recurso.
- V - Segundo disposição legal, ao crime punido com reclusão poderá ser aplicado o tratamento ambulatorial ou a internação, em caso de réu inimputável.

O número de **itens incorretos** é:

- A** Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 35

Analise os itens abaixo e responda:

I - O sistema de avaliação legal das provas adotado pelo nosso Código prevê uma hierarquia das provas, somente não prevalecendo esta em detrimento de situação de estado das pessoas.

II - O princípio da certeza legal é aplicado aos crimes de ação privada.

III - Não é caso de impedimento a atuação no mesmo processo de Juízes parentes entre si no quarto grau, em linha reta ou colateral.

IV - O princípio dispositivo foi adotado plenamente e de forma rígida pelo nosso ordenamento jurídico, no que diz respeito ao Processo Penal.

V - A revelia no processo penal não implica em aceitação tácita dos fatos imputados contra a sua pessoa.

O número de **itens incorretos** é:

A Cinco. **B** Quatro. **C** Três. **D** Dois. **E** Um.

QUESTÃO 36

Assinale o item que não constitui documento médico-legal:

- A** O atestado médico.
- B** O laudo necroscópico.
- C** O parecer médico-legal.
- D** O auto de quesitos.
- E** O certificado médico.

QUESTÃO 37

No que concerne aos títulos de crédito, **assinale a alternativa correta**.

- A** A duplicata só pode ser emitida para documentar uma compra e venda mercantil ou um contrato de prestação de serviços. A regra específica para a duplicata é que o endossante responde pelo cumprimento da prestação constante do título, mas, se ele pagar o valor do título, tem ação de regresso contra os coobrigados anteriores.
- B** De acordo com o Código Civil, a cártula do título à ordem pode ser endossada a mais de uma pessoa, solidaria ou conjuntamente. Nessa hipótese, em que ambos serão credores de obrigação divisível, eles devem se apresentar separados ou conjuntamente para exigir o pagamento do devedor, na proporção do crédito que lhes foi transferido.
- C** Ocorrendo o inadimplemento do avalizado estabelece-se uma relação de solidariedade passiva entre o avalista e o avalizado, diante do credor. No entanto, se a obrigação do avalizado se tornar nula ou for atingida por algum vício, este se transmite para a obrigação do avalista e o aval deixa de existir.
- D** Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere e a assinatura do emitente. A omissão de qualquer um desses requisitos legais implica na invalidade do título de crédito e do negócio jurídico que lhe deu origem.
- E** Tem-se um título de crédito à ordem quando a cártula não traz inscrito o nome do beneficiário do crédito ali inscrito, permitindo-se que o pagamento se faça àquele que apresentá-lo e exigir o cumprimento da obrigação.

QUESTÃO 38

No que concerne aos negócios jurídicos, **assinale a alternativa correta**.

- A** Para que o negócio jurídico gratuito ou oneroso atraia o caráter de fraude contra credor, tornando o negócio jurídico nulo, faz-se necessário que o devedor tenha conhecimento do seu estado econômico ou financeiro.
- B** Considera-se nulo o negócio jurídico por simulação, quando houver silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, determinante para a realização do negócio.
- C** O erro na indicação da pessoa a que se referir à declaração de vontade poderá causar a anulabilidade do negócio ainda que, por seu contexto e pelas circunstâncias, se possa identificar a pessoa.
- D** O dolo é um vício social, capaz de anular o negócio jurídico por alegação dos interessados ou de ofício, pelo juiz, por se tratar de defeito na manifestação da vontade do indivíduo.
- E** Para que ocorra a conversão de um negócio jurídico nulo em outro de natureza diversa, faz-se necessário que o negócio reputado nulo contenha os requisitos do outro negócio e que a vontade manifestada pelas partes faça supor que, se tivessem ciência da nulidade do negócio realizado, mesmo assim, teriam querido celebrar o negócio convertido.

QUESTÃO 39

No que concerne ao direito societário, **assinale a alternativa correta**.

- A** As sociedades anônimas abertas e fechadas se constituem por subscrição pública de ações e são fiscalizadas pelo Banco Central. A administração dessa sociedade é realizada por seus diretores, que são nomeados pelo conselho de administração.
- B** Transformação é a mudança no tipo societário sem que haja liquidação ou dissolução da pessoa jurídica, sem modificação ou prejuízo aos direitos dos credores.
- C** Na incorporação haverá a extinção das sociedades incorporadas para formar uma sociedade nova, que lhe sucederá em todos os direitos e obrigações.
- D** Nas sociedades simples e nas empresárias, exceto na sociedade por ações, é permitido aos sócios contribuir com bem, dinheiro, prestação de serviço ou crédito para a formação do capital social.
- E** As cooperativas são consideradas sociedades simples e são formadas por pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de atividade econômica em proveito comum. Por isso, pelas obrigações sociais, a responsabilidade dos sócios é solidária e ilimitada.

QUESTÃO 40

A respeito do direito falimentar, **assinale a alternativa correta.**

- A** A inabilitação do falido para qualquer atividade empresarial se dá a partir do trânsito em julgado da sentença de sua condenação por crime falimentar e enquanto não se der a sua reabilitação penal.
- B** O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, exceto as causas em que ele figurar como autor ou litisconsorte ativo ou passivo necessário.
- C** As dívidas menores, de até quarenta salários-mínimos, não são, por si sós, suficientes para caracterizar uma situação de inviabilidade da empresa e requerer a decretação de sua falência. Mas, podem esses credores somar seus créditos a fim de que a soma ultrapasse o equivalente a quarenta salários mínimos e pedir, em litisconsórcio, a falência do devedor.
- D** Segundo precedentes do STJ, a Fazenda Pública tem legitimidade para requerer a falência do devedor fiscal, pois conforme dispõe a lei específica, qualquer credor poderá requerer a falência do devedor.
- E** Contra a sentença que decreta a falência ou a que julga a improcedência do pedido de falência é cabível o recurso de apelação, que será recebido no efeito devolutivo.

QUESTÃO 41

Quanto à recuperação judicial, **assinale a alternativa correta.**

- A** A decisão que defere o processamento da recuperação judicial suspende, pelo prazo de até um ano, o curso da prescrição e de todas as ações e execuções movidas contra o empresário, inclusive a execução fiscal e aquelas promovidas por seus credores particulares.
- B** As novações e outras renegociações realizadas na recuperação judicial valem e são eficazes para todos os efeitos. Assim, caso se verifique a convalidação da recuperação judicial em falência, os credores serão pagos no processo falimentar como renegociado no plano de recuperação e não como na dívida originária.
- C** Depois de deferido o pedido de recuperação judicial, o devedor poderá dele desistir, sem a aquiescência da assembleia de credores, exigindo-se, no entanto, a aprovação do pedido pelo Ministério Público e que seja comprovado a inexistência de débito tributário.
- D** Convalidada a recuperação judicial em falência, por qualquer razão, os credores quirografários e os com garantia real posteriores à distribuição do pedido serão reclassificados e serão tratados na falência como credores extracontratuais.
- E** Se o empresário for beneficiário da recuperação judicial e deixar de cumprir, no prazo estabelecido, sem justificativa, uma das obrigações assumidas no plano de reorganização, será decretada a sua falência, pois o seu inadimplemento, a qualquer tempo, caracteriza-se como um ato de falência.

QUESTÃO 42

Acerca do direito das obrigações, sob a sistemática do Código Civil, **assinale a alternativa correta.**

- A** O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo obriga o devedor ao novo pagamento, se restar provado depois que ele foi efetuado a quem não era o credor.
- B** Se a obrigação for de restituir coisa certa, a perda da coisa antes da tradição resolve a obrigação, com prejuízo do credor, exceto se houver culpa do devedor no perecimento.
- C** A cláusula penal é uma obrigação acessória do contrato e

apresenta-se como alternativa ao adimplemento da obrigação principal, surgindo seus efeitos em caso de descumprimento ou retardamento na prestação.

- D** Ocorre a novação quando uma pessoa estranha à relação contratual assume a obrigação do devedor em mora, liberando-o do pagamento.
- E** Consiste a assunção da dívida na possibilidade de modificação subjetiva passiva de uma obrigação, com extinção da obrigação primitiva e surgimento de solidariedade obrigacional entre os devedores.

QUESTÃO 43

Acerca do direito da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** Todas as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária e a requerimento de quem tenha legítimo interesse.
- B** O Ministério Público tem legitimidade para intervir em todos os processos em que haja interesses da criança e do adolescente, tanto no juízo especial, como no juízo comum.
- C** O procedimento para perda ou suspensão do poder familiar pode ser cumulado com o de colocação em família substituta, desde que obedecido o contraditório.
- D** As obrigações decorrentes da adoção, guarda ou tutela são indelegáveis e irrenunciáveis. Assim, a colocação em família substituta não admitirá a transferência dos menores para pessoas físicas ou jurídicas sem a autorização judicial ou do Ministério Público.
- E** Nos casos de internação de menores de dezoito anos, os estabelecimentos de saúde deverão proporcionar condições para a permanência integral de um dos pais ou responsável, para facilitar a recuperação do doente.

QUESTÃO 44

Ainda a respeito do direito da criança e do adolescente, de acordo com o ECA, **assinale a alternativa correta.**

- A** O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública no interesse de menor carente portador de deficiência física, objetivando sua reabilitação e garantindo seu desenvolvimento, como também abrindo a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.
- B** As adoções dos menores de dezoito anos de idade que se encontram em situação de risco ou abandono não são regidas pelo Código Civil, mas pelas disposições do ECA, por ser o rito mais ágil e compatível com o juizado especial da infância e da juventude.
- C** A guarda de criança e de adolescente pode ser concedida a pessoas diferentes dos genitores, entregando-os à família substituta, sobrelevando o interesse do menor, em qualquer circunstância. A guarda é concedida liminar ou incidentalmente nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive no de adoção por estrangeiros.
- D** Compete ao Ministério Público ou ao Conselho Tutelar propor ação de destituição ou suspensão do poder familiar nos casos de descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos menores, ou no caso de descumprimento de qualquer determinação judicial com relação aos menores.
- E** A competência para conhecer os pedidos de adoção de criança ou adolescente que estiver em situação de risco é do juízo da vara da infância e da juventude; caso contrário, desloca-se para a vara de família.

QUESTÃO 45

Acerca da sucessão legítima e testamentária, **assinale a alternativa correta.**

- A** Deserção é o ato, de caráter unilateral, por meio do qual o testador exclui imotivadamente da sucessão um herdeiro necessário, mediante uma disposição testamentária. Deixando assim de conferir a esse herdeiro uma parte de sua metade disponível.
- B** O doador pode dispensar, no próprio contrato de doação ou por testamento, o donatário de efetuar a colação quando este for seu descendente e herdeiro necessário, mesmo que a doação não saia de sua parte disponível.
- C** O direito à sucessão aberta é bem imóvel e indivisível por determinação legal. Por essa razão, o direito do co-herdeiro na aquisição da quota hereditária deve prevalecer ao de terceiro.
- D** Se no usufruto constituído por testamento em favor de duas pessoas, de forma conjunta e com cláusula de direito de acrescer, um dos co-legatários não o aceitar, sua parte acresce ao do nu-proprietário.
- E** A aceitação e a renúncia da herança pode ser tácita ou expressa, devendo ser feita por meio de instrumento público ou termo nos autos do inventário. Tanto a aceitação quanto a renúncia da herança não podem ser parciais, dar-se sob condição ou termo.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa correta, a respeito do casamento.

- A** A declaração da nulidade acarreta a invalidade do casamento a partir da data da sentença que o invalidou. No entanto, o casamento produz todos os efeitos civis perante os contraentes até o trânsito em julgado da sentença acima mencionada.
- B** No regime da comunhão universal de bens, são incluídas na comunhão as dívidas anteriores ao casamento, contraídas por um dos cônjuges, mesmo quando essas não provierem de despesas comuns ou se reverterem em proveito do casal.
- C** O casamento é nulo por vício de vontade de um dos nubentes se houver por parte deste, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge.
- D** A sentença que autoriza a mudança do regime de bens vale como instrumento hábil à revogação do pacto antenupcial, passando a produzir efeitos a partir de seu trânsito em julgado.
- E** Na hipótese de ser declarada a nulidade do casamento e reconhecida a má-fé de ambos os cônjuges, ainda que não seja adotado o regime legal, a partilha dos bens adquiridos durante o casamento será partilhada 50% para cada um dos cônjuges.

QUESTÃO 47

A respeito do direito de família, **assinale a alternativa correta.**

- A** Duas pessoas, desde que sejam casadas e que tenham residência comum, podem ser nomeadas tutoras de uma mesma pessoa, pois, nesse caso, o exercício da tutela pode ser compartilhado.
- B** Na guarda compartilhada o objetivo é dividir a responsabilidade em relação às questões que forem importantes para a prole e proporcionar uma convivência de ambos os genitores com os filhos. Nesse caso, os pais alternam a guarda dos filhos em espaços de tempos e, nesse período, decidem como se fossem o guardião único.
- C** Poderá qualquer um dos cônjuges, na constância do casamento, pleitear do outro a prestação de alimentos, fundamentando o seu pedido no dever recíproco de

assistência mútua, desde que alegue que se encontra em situação de penúria e que o outro cônjuge se recusa a lhe fornecer qualquer ajuda financeira.

- D** Para a segurança dos tutelados exige-se que o tutor preste contas da sua gestão e, ainda que o incapaz não tenha bens ou rendimentos, dê garantia de sua administração oferecendo caução real ou especializando a hipoteca legal. Caso descumprida essa exigência legal e, na hipótese da insolvência do tutor, respondem subsidiariamente pelo dano ao incapaz o juiz e o promotor que tiverem atuado na ação.
- E** O Juiz fixará alimentos gravídicos a serem custeados pelo futuro pai, quando se convencer de indícios da paternidade, para satisfazer parte das despesas adicionais do período da gravidez e que sejam dela decorrentes. Eles perdurarão até o parto, mas se a criança nascer com vida, esses alimentos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor.

QUESTÃO 48

Em relação às pessoas naturais e jurídicas, **assinale a alternativa correta.**

- A** A fundação privada é uma pessoa jurídica constituída a partir de um patrimônio destinado por uma pessoa física ou jurídica para a realização de quaisquer fins lícitos.
- B** A associação civil não tem finalidade não lucrativa. No entanto, não há qualquer impedimento para que ela desenvolva atividades econômicas para geração de renda, desde que não partilhe os resultados decorrentes entre os associados.
- C** Se a pessoa jurídica tiver diversos estabelecimentos ou agências em lugares diferentes será considerado como seu domicílio, para quaisquer atos praticados, o local onde funciona a sua sede, a matriz ou onde funcionar a administração da empresa.
- D** Admite-se a morte presumida sem decretação de ausência em casos excepcionais, para viabilizar a abertura da sucessão provisória e resolver os problemas jurídicos gerados com o desaparecimento da pessoa.
- E** Entende-se por curador o representante do incapaz em razão da idade ou da pessoa incapaz por motivos diversos, como por enfermidade ou deficiência mental, ou ainda impossibilidade transitória.

QUESTÃO 49

A respeito da posse, **assinale a alternativa correta.**

- A** O convalecimento da posse adquirida de forma violenta, clandestina ou precária é permitida pela cessação da violência ou da clandestinidade e pelo decurso de ano e dia.
- B** Composse é uma modalidade de posse exercida por várias pessoas sobre o mesmo bem. Cada possuidor detém uma parte ideal do bem, exercendo sobre ele a posse plena e exclusiva, podendo invocar a proteção possessória contra os compossuidores ou terceiros.
- C** O interdito proibitório é o remédio colocado à disposição do possuidor que foi esbulhado para recuperar a posse perdida, implicando reação imediata à injusta agressão, por sua própria força.
- D** Caso o possuidor de má-fé realize melhoramentos essenciais à conservação do bem, portanto benfeitorias necessárias e úteis, ele poderá exercer o direito de retenção até ser ressarcido das despesas que efetuou.
- E** O desmembramento da posse verifica-se quando o proprietário efetiva relação jurídica com terceiro, transferindo-lhe o poder de fato sobre a coisa, desdobrando-se a posse em direta e indireta. A posse direta tem caráter temporário, não gerando efeitos à prescrição aquisitiva.

QUESTÃO 50

Acerca dos contratos, segundo as disposições do Código, **assinale a alternativa correta.**

- A** O distrato é negócio jurídico que rompe o vínculo contratual, mediante a declaração de vontade de um dos contratantes de por fim ao contrato que firmou e deve ser feito da forma em que foi celebrado, sem efeitos retroativos.
- B** Resilição unilateral significa o modo de extinção de um contrato por vontade de um dos contratantes, em virtude da inadimplência do outro. A resilição impõe ao inadimplente, além da multa contratual, o pagamento de indenização por perdas e danos.
- C** No contrato de compra e venda de bem móvel com pacto de reserva de domínio, o comprador só adquire a propriedade da coisa ao integralizar o pagamento do preço, não obstante investir-se em sua posse desde o momento da celebração do contrato. Para valer contra terceiros, é imprescindível que esse contrato seja registrado no cartório de títulos e documentos do domicílio do comprador.
- D** A promessa de fato de terceiro consiste na obrigação assumida pelo promitente em face do promissário de obter a anuência de terceiro em se obrigar a prestar algo em seu favor. O promitente se exonera de sua responsabilidade demonstrando que envidou todos os esforços no sentido de obter o consentimento do terceiro, pois a sua obrigação é de meio.
- E** No contrato de compra e venda de bem imóvel pode-se incluir a cláusula de se desfazer se, dentro de certo prazo, aparecer quem ofereça maior vantagem. Trata-se de cláusula resolutiva expressa que não pode ser cedida e nem transmitida aos herdeiros, que consiste na faculdade do vendedor resolver o contrato e recuperar a propriedade, desde que indenize integralmente o comprador.

QUESTÃO 51

Quanto aos direitos do consumidor, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** A responsabilidade por vício de qualidade de produto não gera indenização pecuniária por danos causados ao consumidor. Tratando-se desse vício, ao consumidor são garantidas as seguintes opções: conserto, substituição do produto, restituição do valor pago e abatimento do preço.
- B** É lícito ao credor enviar cartas e telegramas de cobrança ao consumidor no seu endereço comercial ou residencial, sendo-lhe permitido ainda telefonar para ele nesses dois locais para a cobrança de dívidas.
- C** Se o contrato de consumo for concluído fora do estabelecimento comercial do fornecedor, poderá o consumidor no prazo de reflexão arrepender-se e desistir do contrato, sendo-lhe assegurado o direito à devolução imediata das quantias pagas, corrigidas monetariamente, deduzidas as despesas com frete e outros encargos suportados pelo fornecedor para fazer chegar às mãos do consumidor o produto adquirido.
- D** Os fatos que obstem a decadência dos prazos para o consumidor reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação são a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, e a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.
- E** Um produto ou serviço é defeituoso quando sua utilização ou fruição é capaz de adicionar riscos à segurança do consumidor ou de terceiros. A insegurança é um vício de qualidade que se agrega ao produto ou serviço como um novo elemento de desvalia e sua utilização ou fruição suscita um evento danoso.

QUESTÃO 52

Ainda a respeito dos direitos do consumidor, **assinale a alternativa correta.**

- A** O contrato de adesão admite cláusula resolutória, mas sendo lesado o consumidor, este poderá optar entre a rescisão contratual com perdas e danos e o cumprimento da obrigação.
- B** Nos contratos comutativos, nas relações de consumo, o legislador permite que o juiz, de ofício, declare a nulidade de toda e qualquer cláusula contratual, bem como interfira na autonomia da vontade das partes e na obrigatoriedade dos pactos, quando houver qualquer prejuízo para o consumidor.
- C** Nos contratos paritários e nos de adesão, nas relações de consumo, as cláusulas de eleição de foro e de limitação do valor da indenização podem ser validamente acordadas, pois para esse tipo de negociação não falta a autodeterminação do consumidor. Por isso, não há causa suficiente para a declaração de abusividade de qualquer das cláusulas contratuais.
- D** Em se tratando da responsabilidade objetiva pelo fato do produto todos os fornecedores, do fabricante ao comerciante do produto, bem como os fornecedores de peças e equipamentos incorporados ao produto, são responsáveis pelo acidente de consumo.
- E** A responsabilidade objetiva não é adotada para os profissionais liberais, sendo exigida a comprovação da culpa subjetiva pela prestação dos serviços. No entanto, nessa ação não ocorre a inversão do ônus da prova para os profissionais liberais.

QUESTÃO 53

Quanto aos direitos das coisas, **assinale a alternativa correta.**

- A** Se o bem que constitui o único imóvel do espólio estiver hipotecado, cada herdeiro será responsável pelo pagamento da dívida relativa ao seu quinhão tão-somente, podendo resgatar a dívida da parte que lhe cabe.
- B** Extingue-se o usufruto voluntário constituído por alienação, como falecimento do nu-proprietário antes do usufrutuário ou, ainda, com a alienação do bem que se encontrava gravado com o usufruto.
- C** Adquire-se a propriedade superficiária de um imóvel por usucapião, quando o juiz, ao proferir sentença em uma ação de usucapião, verificar que a propriedade pode ser desmembrada, conceder ao detentor da posse direta a propriedade do solo e resguardar a propriedade plena do detentor do domínio, isto é, da posse indireta.
- D** Servidões são restrições em um prédio em proveito de outro, pertencentes a proprietários diversos. As servidões constituem-se por meio de negócio jurídico bilateral ou unilateral, pela usucapião, e subsequente registro no cartório de registro de imóveis, bem como pelo interesse coletivo.
- E** Entre as causas de perda da propriedade está a do usucapião que, sendo extraordinário e rural, exige justo título, boa fé e moradia do possuidor e de sua família no imóvel pelo prazo de cinco anos ininterruptos, sem que tenha havido oposição por parte do proprietário.

QUESTÃO 54

Assinale a alternativa incorreta.

- A** O negócio jurídico anulável realiza-se com todos os elementos necessários a sua validade, mas as condições em que foi realizado justificam a anulação, quer por incapacidade relativa do agente, quer pela existência de vícios do consentimento ou vícios sociais.
- B** A lei tem vigência até que outra lei a revogue, ou então, até que a lei nova com ela seja incompatível. Nesse caso, ocorre a derrogação da lei, ou seja, a revogação integral de uma lei anterior por uma posterior. Quando uma lei for revogada por outra lei e, em seguida, a lei revogadora perder a vigência, haverá a repristinação da lei revogada.
- C** Dispõe o Estatuto do Idoso que a obrigação de prestar alimentos ao idoso é solidária e que optando o idoso entre os prestadores, poderá ser celebrada transação relativa aos alimentos perante o Promotor de Justiça, que a referendará, passando a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- D** O inadimplemento de uma obrigação pelo devedor é causa de resolução do contrato, podendo a parte prejudicada pleitear além da resolução do contrato, indenização pelos prejuízos, que abrangem o dano emergente e o lucro cessante.
- E** Na responsabilidade subsidiária uma das pessoas tem o débito originário e a outra tem apenas a responsabilidade por esse débito. Por isso, existe uma preferência na ordem de excussão, primeiro são demandados os bens do devedor; não tendo sido encontrados ou sendo eles insuficientes, inicia-se a excussão de bens do responsável em caráter subsidiário, por toda a dívida.

QUESTÃO 55

Acerca do tema da legitimidade ministerial para intervir no processo como fiscal da lei ou atuar como parte, **assinale a alternativa incorreta**.

- A** No processo que trate de direito indisponível, considerado como tal na Constituição Federal, a atuação ministerial sob a forma de intervenção como custos legis é cabível.
- B** Se o processo, entre partes maiores e capazes, versar sobre direito indisponível, ainda que de natureza individual, o Ministério Público deverá atuar sob pena de nulidade.
- C** Se o processo versar sobre direito disponível e, havendo incapazes em pelo menos um dos pólos, o Ministério Público deverá intervir sob pena de nulidade.
- D** Em ação ordinária na qual o autor, servidor público, pleiteia o reconhecimento de direito à aposentadoria voluntária, o Ministério Público deverá intervir. Caso não seja intimado, nulo é o processo desde o momento em que deveria ter intervindo.
- E** Na ação de improbidade, o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

QUESTÃO 56

Sobre competência, **assinale a alternativa correta**.

- A** Somente pode suscitar conflito de competência, a parte que no processo ofereceu exceção de incompetência.
- B** Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.
- C** Em ação de desapropriação é competente o foro da situação da coisa. Pode o autor, entretanto, optar pelo foro do domicílio ou de eleição.
- D** É competente o foro do domicílio do réu, para a ação de reparação de dano.
- E** A reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente, somente ocorre por consequência da conexão.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa incorreta.

- A** A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação. No entanto, o juiz indeferirá a perícia quando for desnecessária em vista de outras provas produzidas, mesmo que se trate de ação de obrigação de fazer para internação em UTI.
- B** Se o réu, reconhecendo o fato em que se fundou a ação, outro lhe opuser impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo da lei, facultando-lhe o juiz a produção de prova documental.
- C** FULANA DE TAL ingressa pela Assistência Judiciária do DF com ação de obrigação de fazer para compelir o DF a fornecer-lhe tratamento em UTI, diante da falta momentânea de vaga em leito de UTI de hospital da rede pública do DF, vez que necessitava com toda a urgência do dito tratamento em razão de grave doença e risco de morte. A tutela é antecipada e FULANA é internada em UTI da rede privada, onde permanece internada por dez (10) dias e morre. Neste caso, a habilitação pode ser requerida pela parte, em relação aos sucessores da falecida e, pelos sucessores da falecida, em relação à parte. Uma vez requerida a habilitação, o requerido será citado para contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir. No entanto, se a habilitação for requerida por herdeiro necessário, independência de sentença.
- D** Em uma ação de obrigação de fazer contra o DF, para o recebimento de medicação para o tratamento de câncer, o autor vem a falecer no curso do processo. Cabível, em razão do falecimento, a substituição da parte falecida por seu sucessor, na forma da habilitação.
- E** Nas ações ordinárias e nas de obrigação de fazer sentenciadas com julgamento de mérito, tendo o juiz acolhido apenas um dos pedidos apresentados pelos autores, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais não examinados.

QUESTÃO 58

Sobre a execução por quantia certa, analise os itens abaixo e **assinale a alternativa correta**.

- I - É admitido a lançar todo aquele que estiver na livre administração de seus bens, com exceção, entre outras, do juiz, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, escrivão e demais servidores e auxiliares da Justiça.
- II - Pode o executado, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios.
- III - Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.
- IV - O executado pode, no prazo da lei, após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor.
- V - O juiz pode conceder ao exequente o usufruto de imóvel, mas não de móvel, quando o reputar eficiente para o recebimento do crédito.

- A** Os itens I, IV e V estão corretos.
B Os itens I, II e IV estão incorretos.
C Os itens II, III e V estão incorretos.
D Os itens I, III e IV estão corretos.
E Os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 59

A respeito de recursos, **assinale a alternativa correta**.

- A** Uma vez proferida a sentença com julgamento de mérito e apresentado o recurso voluntário pela parte sucumbente, é incabível a desistência do recurso sem a anuência da parte contrária.
- B** O Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que é parte e nas ações em que atua como fiscal da lei.
- C** Quanto ao recurso de apelação, pelo princípio do *tantum devolutum quantum apelatum*, ficam submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença e ainda não decididas.
- D** Após a publicação da sentença, o juiz só poderá alterá-la, mesmo que para corrigir inexactidões materiais, por meio de embargos de declaração.
- E** Em caso de litisconsórcio, para que o recurso interposto por um aproveite a todos, hão de ser distintos e opostos os interesses objetos da interposição.

QUESTÃO 60

Sobre o mandado de segurança, **assinale a alternativa correta**.

- A** A sentença que conceder a segurança fica sujeita ao duplo grau de jurisdição podendo, entretanto, ser executada provisoriamente.
- B** O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado sempre que a decisão que pôs fim ao processo for denegatória.
- C** Cabem as formas de intervenção de terceiros no mandado de segurança.
- D** O erro na indicação da autoridade apontada como coatora leva à extinção do feito com julgamento de mérito.
- E** Embora na ação de mandado de segurança, a legitimidade recursal na apelação seja da pessoa jurídica a cujos quadros pertence a autoridade impetrada, há de ser conhecida a apelação interposta pela Câmara Legislativa do DF.

QUESTÃO 61

Ainda sobre o mandado de segurança, **assinale a alternativa incorreta**.

- A** O erro na indicação da autoridade apontada como coatora leva ao indeferimento da inicial por ilegitimidade passiva.
- B** O mandado de segurança pode fazer as vezes de ação de cobrança.
- C** Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- D** Se a sentença no mandado de segurança declara a invalidade de cláusula editalícia, a empresa proclamada vencedora no certame deve integrar a relação processual como litisconsorte necessária.
- E** A autoridade coatora é quem pratica o ato e não apenas quem estabelece sua prática, desde que tenha poderes para desfazê-lo. No entanto, se a autoridade impetrada responder à notificação e apresentar a defesa do ato, considera-se legitimada por força de encampação.

QUESTÃO 62

Analise os itens abaixo e **assinale a alternativa correta**.

- I - A ação de investigação de paternidade post mortem deve ser proposta contra os herdeiros, os quais são litisconsortes passivos necessários. No caso de improcedência da ação, deverá ser reconhecida a nulidade em favor do herdeiro não citado.
- II - Quando não puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.
- III - As sentenças condenatória, declaratória e mandamental são nulas à míngua de fundamentação.
- IV - É nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- V - Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

- A** Os itens I, IV e V estão corretos.
B Os itens II, III e V estão incorretos.
C Os itens III, IV e V estão corretos.
D Os itens I, II e III estão incorretos.
E Os itens II, IV e V estão incorretos.

QUESTÃO 63

Acerca da ação de usucapião, **assinale a alternativa correta**.

- A** Compete a ação de usucapião ao possuidor e ao comodatário para que se lhes declare, nos termos da lei, o domínio do imóvel ou a servidão predial.
- B** Em ação de usucapião, serão intimados por publicação na imprensa oficial, para que manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C** O autor requererá a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo e, por edital, dos confinantes, réus em lugar incerto e eventuais interessados.
- D** A atuação do Ministério Público na ação de usucapião, enquanto fiscal da lei, corresponde à de curador ao vínculo, considerando-se como vínculo existente entre as partes, a relação de posse e propriedade.
- E** Intervirá obrigatoriamente em todos os atos do processo o Ministério Público.

QUESTÃO 64

No que respeita às ações possessórias, **assinale a alternativa correta.**

- A** A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido.
- B** É lícito ao réu, em ação possessória, cumular ao pedido possessório o de reconhecimento do domínio.
- C** O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho e reintegrado no de turbacção.
- D** Contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a manutenção ou a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- E** No caso das ações de manutenção e reintegração, o procedimento da justificação prévia é requisito indispensável para concessão de liminar.

QUESTÃO 65

Considerando-se a ação popular, a ação civil pública e a ação de improbidade, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** Existe divergência doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza da legitimidade para a causa em relação ao autor popular. Considerando-se que a legitimidade em questão seja do tipo *extraordinária*, correndo ações populares conexas em juízos de mesma competência territorial, torna-se competente pela prevenção aquele que despachou em primeiro lugar. No entanto, se as ações foram intentadas contra as mesmas partes, sob os mesmos fundamentos e com o mesmo pedido, a citação válida vai induzir a litispendência, ainda que os autores populares sejam nominalmente diversos.
- B** A ação popular é um instrumento de natureza coletiva e se destina a controlar a atividade administrativa. Sendo a moralidade um princípio da administração pública, o Constituinte de 1988 acrescentou a moralidade administrativa e o meio ambiente como bens a serem tutelados por via de ação popular, já que este último está insculpido na Carta Magna como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.
- C** Em caso de ação civil pública, qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhe os elementos de convicção.
- D** Existe divergência doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza da legitimidade para a causa do autor popular. Considerando-se que a legitimidade em questão seja do tipo *ordinária*, tem-se que a propositura da ação popular previne a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.
- E** Em caso de ação de improbidade, a ação principal terá rito especial e será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada consoante a lei especial que a regula.

QUESTÃO 66

Acerca do Recurso de Agravo, analise os itens abaixo e **assinale a alternativa correta.**

I – Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10(dez) dias, na forma retida, somente quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

II – É possível a reintegração de posse em imóvel, por meio de liminar em agravo interposto no curso do atentado, em face da compatibilidade com a natureza do provimento acautelatório vindicado.

III – Ausente a relevância dos fundamentos jurídicos invocados à pretensão de deferimento de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, bem assim não se vislumbrando o *periculum in mora*, é de ser recebido o recurso em seu regular efeito.

IV – Cabe apelação, e não agravo de instrumento, da decisão proferida em ação de consignação de pagamento, que não ponha fim ao processo, determinando seu prosseguimento em primeira instância.

V – Não comete atentado quem, sob o manto de liminar judicial favorável obtida por meio de agravo de instrumento, prossegue com construção de benfeitorias e cercamento em área litigiosa.

- A** Os itens II, III e IV estão corretos.
- B** Os itens III e V estão corretos.
- C** Os itens I, IV e V estão incorretos.
- D** Os itens I, III e IV estão corretos.
- E** Os itens I, II e V estão incorretos.

QUESTÃO 67

Relativamente à ação rescisória, **assinale a alternativa correta.**

- A** Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver julgado improcedente a ação rescisória.
- B** Tratando-se de rescisão de acórdão, a ação rescisória não poderá ser distribuída a desembargador que tenha participado do julgamento da ação ou recurso.
- C** A rescisória não será distribuída a desembargador que em 1º grau houver proferido sentença de mérito relativa à causa rescindenda, não participando do julgamento o desembargador por tal motivo impedido.
- D** Sendo desnecessária a produção de provas, o Relator determinará a remessa dos autos à Procuradoria de Justiça, que exercerá o juízo da conveniência da intervenção ou não, de acordo com o interesse público.
- E** O incidente de Impugnação ao valor da causa será julgado pelo órgão colegiado, juntamente com o exame do mérito.

QUESTÃO 68

Acerca da Petição Inicial, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** A petição inicial indicará o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, além do pedido, com suas especificações e o valor da causa.
- B** Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283 do CPC, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende ou a complete.
- C** Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- D** É lícito formular pedido genérico nas ações de indenização quando o autor poderá optar por especificar o pedido só após a fase instrutória.
- E** No caso de o processo ser sumário, na própria petição inicial o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico.

QUESTÃO 69

No que respeita às ações de separação consensual e de guarda, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** Na ação de separação consensual, a petição inicial conterá a descrição dos bens e a respectiva partilha; o acordo sobre a guarda dos filhos menores e o regime de visitas.
- B** Convencendo-se o juiz que os cônjuges, livremente e sem hesitações, desejam a separação consensual, mandará reduzir a termo as declarações, ouvirá o Ministério Público e a homologará.
- C** A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar.
- D** Na audiência de conciliação, o juiz colherá do pai e da mãe o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a similitude de deveres e direitos atribuídos aos genitores e as sanções que ambos estabelecerem pelo descumprimento de suas cláusulas.
- E** É lícito às partes, a qualquer tempo, no curso da separação judicial, requererem a conversão em separação consensual.

QUESTÃO 70

Assinale a alternativa incorreta.

- A** Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, considera-se extinto o processo.
- B** Não cabe oposição em Ação direta de inconstitucionalidade.
- C** O nomeado à autoria que aceitou a nomeação não pode oferecer oposição.
- D** Não se admite oposição nos Juizados Especiais.
- E** A ação de oposição é dirigida contra autor e réu ao mesmo tempo, em litisconsórcio passivo necessário.

QUESTÃO 71

Assinale a alternativa incorreta.

Segundo o CPC, o réu citado para a ação pode oferecer resposta, competindo-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar:

- A** Inépcia da inicial.
- B** Litispendência.
- C** Conexão.
- D** Perempção.
- E** Convenção de arbitragem.

QUESTÃO 72

A propósito da antecipação da tutela, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** É vedado ao juiz conceder *ex officio* a antecipação da tutela.
- B** A tutela antecipatória não se confunde com o julgamento antecipado da lide.
- C** Admite-se a tutela antecipada quer a demanda trate de direitos disponíveis, quer de indisponíveis.
- D** A antecipação da tutela não tem cabimento quando a ação for processada pelo rito sumário.
- E** Verificando a presença dos requisitos ensejadores, pode o juiz, em sede de antecipação de tutela, deferir medida cautelar em caráter incidental.

QUESTÃO 73

Assinale a alternativa correta.

Na interpretação da Constituição, os princípios

- A** são considerados normas programáticas, por isso inaplicáveis em qualquer circunstância.
- B** não são considerados normas, mas valores sociais cuja função é orientar o legislador.
- C** são considerados normas sem conteúdo específico.
- D** são considerados normas constitucionais dotados de eficácia.
- E** São considerados regras que precisam ser regulamentadas para sua efetividade.

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa correta.

Em relação ao Poder Constituinte dos Estados-membros,

- A** normas constitucionais estaduais de imitação são normas constitucionais federais que deverão constar obrigatoriamente nas Constituições dos Estados-membros.
- B** a proibição da recondução para o mesmo cargo das Mesas do Congresso Nacional, na eleição imediatamente subsequente, é norma de repetição obrigatória pelas Constituições estaduais.
- C** pode o constituinte estadual estender ao Governador a prerrogativa de imunidade à prisão cautelar, prevista para o Presidente da República.
- D** O preâmbulo da Constituição Federal deve ser repetido, inclusive a invocação a Deus, pois trata-se de norma de reprodução obrigatória.
- E** os princípios constitucionais estabelecidos, ou de subordinação normativa, ordenam previamente a atividade do legislador constituinte estadual, e o fazem na medida em que estabelecem o regime normativo a ser adotado em determinadas matérias, vinculando a disciplina a ser eventualmente positivada na Constituição estadual.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa correta.

A hermenêutica constitucional impõe ao intérprete

- A** a adoção prioritária do princípio histórico, sem o que não há como se saber a vontade do constituinte.
- B** a combinação de critérios e métodos, porque a tipologia das normas constitucionais põe a necessidade de serem todas elas interpretadas de idêntica forma.
- C** a prevalência do elemento gramatical, porque a Constituição é o que o constituinte diz.
- D** a combinação de critérios e métodos, porque o intérprete escolhe, segundo a sua ideologia, o fim que busca com a aplicação da norma.
- E** a combinação de critérios e métodos, porque o conteúdo e a teleologia da norma impõe o elemento interpretativo que deve ser aproveitado em cada caso.

QUESTÃO 76

A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A** Pela característica especial do Distrito Federal, é possível o controle de constitucionalidade perante o STF mesmo quando a lei advém de sua competência legislativa municipal.
- B** Quando uma lei é declarada inconstitucional a lei anteriormente revogada não pode voltar a vigor, ante a proibição da repristinação de lei no Brasil.
- C** Os Decretos não estão sujeitos a controle de constitucionalidade concentrada, mesmo aqueles dotados de abstração e generalidade, uma vez que na separação de poderes o Poder Legislativo tem o monopólio da função normativa.
- D** A súmula expedida pelo STJ, porque não apresenta as características de ato normativo, não está sujeita à jurisdição constitucional concentrada.
- E** A Ação Civil Pública presta-se ao exercício do controle de constitucionalidade in abstracto quando o Procurador-Geral de Justiça não maneja a Ação Direta de Inconstitucionalidade em tempo hábil.

QUESTÃO 77

Assinale a alternativa correta.

- A** O princípio da separação de poderes é inerente exclusivamente à forma republicana de governo.
- B** O princípio da separação de poderes é próprio da democracia representativa.
- C** O princípio da separação de poderes somente tem efetividade nos sistemas pluripartidários.
- D** O princípio da separação de poderes é fator determinante do sistema de governo.
- E** O princípio da separação de poderes é criação do Estado pós-segunda guerra, para fazer face às atrocidades daquele conflito.

QUESTÃO 78

Assinale a alternativa correta.

- A** O Município pode ser representado em juízo pelo Ministério Público municipal por se cuidar de interesse público.
- B** O Município somente pode ser representado em juízo por Procuradoria municipal constituída em carreiras.

- C** O Município pode ter a sua representação judicial entregue à Procuradoria Geral do Estado de que faça parte, porque os interesses públicos são comuns aos cidadãos.
- D** O Município pode ser demandado diretamente no Supremo Tribunal Federal, conforme o objeto da competência questionada.
- E** O Município tem as suas ações julgadas, exclusivamente, por Vara da Fazenda Pública municipal, em razão das peculiaridades de sua competência.

QUESTÃO 79

Assinale a alternativa incorreta.

- A** A repartição de competências constitucionais é elemento determinante do modelo federativo.
- B** As competências concorrentes, próprias de todos os entes federados, determinam o modelo de federalismo cooperativo.
- C** As competências privativas e exclusivas é que determinam o espaço de autonomia de cada uma das entidades federadas.
- D** As competências concorrentes não podem ser restringidas nem alargadas pelo legislador infraconstitucional.
- E** A repartição de competências constitucionais é matéria que pode ser objeto de cuidados da jurisdição constitucional.

QUESTÃO 80

Assinale a alternativa incorreta.

- A** No sistema constitucional brasileiro, o Distrito Federal é ente federado, cuidado pelo sistema constitucional de repartição de competências, pela sua peculiar condição.
- B** No sistema constitucional brasileiro, o Município é ente da República, sendo cuidado diretamente pelo constituinte nacional.
- C** No sistema constitucional brasileiro, a União é soberana e sobrepõe as suas competências às das demais entidades federadas por representar o interesse público nacional.
- D** No sistema constitucional brasileiro, os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – são igualmente autônomos politicamente.
- E** No sistema constitucional brasileiro, os entes federados não podem renunciar às suas competências privativas, o que pode ser contestado até mesmo pelos cidadãos e pelo Ministério Público.

QUESTÃO 81

Assinale a alternativa incorreta.

- A** As competências tributárias dotam de efetividade o princípio da autonomia federativa.
- B** As competências constitucionais tributárias somente podem ser alteradas por lei complementar.
- C** As competências tributárias somente permitem desigualdade de tratamento nos termos constitucionalmente estabelecidos.
- D** As competências tributárias visam igualar situações de desigualdade entre os contribuintes.
- E** As competências constitucionais tributárias impedem que o domicílio do contribuinte lhe imponha condição de surpresa ou prejuízo em relação aos demais contribuintes brasileiros.

QUESTÃO 82

Assinale a alternativa correta.

Em relação ao sistema tributário, podemos afirmar:

- A** Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores, às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais de tais entidades.
- B** Conforme entendimento do STF, ao instituir incentivos fiscais a empresas que contratam empregados com mais de quarenta anos, a Assembléia Legislativa extrapolou o caráter extrafiscal que pode ser conferido aos tributos, para estimular conduta por parte do contribuinte, violando os princípios da igualdade e da isonomia.
- C** O entendimento do STF é firme no sentido de que a coisa julgada em matéria fiscal, inclusive quanto ao ICMS, fica delimitada à relação jurídico-material em que debatida, podendo, portanto, ser invocada em exercícios posteriores.
- D** É inconstitucional o regime de substituição tributária 'para frente', em que se exige do industrial, do atacadista ou de outra categoria de contribuinte, na qualidade de substituto, o recolhimento antecipado do ICMS incidente sobre o valor final do produto cobrado ao consumidor, retirando-se do revendedor ou varejista, substituído, a responsabilidade tributária.
- E** Em que pese o artigo 151 vedar à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o STF ratificou a impossibilidade de a União, atuando no campo internacional, disciplinar a isenção de tributo da competência dos Estados e do Distrito Federal.

QUESTÃO 83

Assinale a alternativa correta.

- A** O princípio constitucional da impessoalidade não obriga a Administração Pública enquanto não sobrevier lei para lhe impor os termos de sua aplicação.
- B** O princípio constitucional da publicidade proíbe qualquer divulgação dos entes públicos, mesmo que seja esta de caráter informativo ou de orientação social.
- C** O princípio constitucional da moralidade administrativa tem valor simbólico, não podendo ser aplicado ou exigido autonomamente.
- D** O princípio constitucional da legalidade refere-se à imposição de cumprimento de todas as normas que compõem o sistema jurídico.
- E** O princípio constitucional da igualdade não submete a Administração Pública, por opção do constituinte que o remeteu à legislação infraconstitucional.

QUESTÃO 84

Assinale a alternativa incorreta.

- A** Os servidores públicos brasileiros têm os seus direitos definidos a partir do sistema constitucional.
- B** Os servidores públicos dos entes federados submetem-se ao regime jurídico firmado pelas pessoas políticas às quais se acham vinculadas.
- C** Os servidores públicos distritais submetem-se exclusivamente ao regime jurídico da União, em razão de sua peculiar condição.
- D** Os servidores públicos podem acumular cargos, nos termos da Constituição, vinculando-se a mais de um ente federado.
- E** Os servidores públicos brasileiros têm o teto remuneratório afirmado segundo parâmetro limitador nacional, qualquer que seja o ente empregador.

QUESTÃO 85

Assinale a alternativa incorreta.

Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei,

- A** controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- B** executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- C** colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
- D** participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- E** incentivar em todas as áreas o desenvolvimento científico e tecnológico.

QUESTÃO 86

Assinale a alternativa correta.

Dentre os princípios que deverão ser observados para ministrar o ensino, destaca(m)-se

- A** a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- B** a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, condicionados à ideologia do Governo.
- C** o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, tendo estas últimas de oferecer 40% de vagas gratuitas.
- D** a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, sendo permitida a cobrança de taxa de matrículas, conforme entendimento do STF.
- E** a gestão democrática do ensino público, com contratação direta e sem concurso de professores, conforme decisão das classes interessadas.

QUESTÃO 87

Assinale a alternativa correta.

Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público

- A** preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, possibilitando o aniquilamento de espécies.
- B** preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- C** definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, permitida qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- D** promover a educação ambiental somente no nível médio de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- E** proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

QUESTÃO 88

A respeito da política de desenvolvimento urbano, **assinale a alternativa correta.**

- A** A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, estadual e federal conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- B** O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Congresso Nacional, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- C** A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor ou quando atende às exigências elaborados pelos fiscais de postura.
- D** As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia, justa e integral indenização em dinheiro, títulos do tesouro ou precatórios.
- E** É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

QUESTÃO 89

Em relação ao Ministério Público, **assinale a alternativa correta.**

- A** O MP possui legitimidade *ad causam* para requerer medida judicial a fim de internar pessoa vítima de alcoolismo, tendo em vista o resguardo do direito à saúde, mesmo onde exista Defensoria Pública organizada e que se manteve inerte.
- B** Aos membros do MP do Distrito Federal e Territórios, em atividade e optantes pelo regime anterior à Constituição Federal de 1988, é garantido o direito de exercer a advocacia, exceto quando o MP local tiver interesse direto na questão.
- C** O MP goza de legitimidade para propor demandas sobre contratos de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação, mormente quando revelado a presença de direitos ou interesses homogêneos.
- D** É constitucional e em perfeita harmonia com o princípio da separação dos poderes que o Chefe do Executivo possua atribuição exclusiva para iniciativa da Lei de Organização do Ministério Público.
- E** O MP não tem legitimidade para propor ação civil pública em cujo fundamento seja a ilegalidade do reajuste das mensalidades escolares.

QUESTÃO 90

Em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público, **assinale a alternativa correta.**

- A** Compete-lhe o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.
- B** Compete-lhe zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, não podendo expedir atos regulamentares ou recomendar providências.
- C** Compete-lhe receber e conhecer as reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos integrais e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
- D** Compete-lhe rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de 5 anos.
- E** Compete-lhe elaborar relatório bienal, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho.

QUESTÃO 91

Sobre ato administrativo, **assinale a alternativa correta.**

- A** São nulos os atos administrativos nos casos de incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade, ensejando, a qualquer cidadão, a possibilidade de ingressar com ação popular para pleitear a declaração de nulidade de qualquer ato administrativo que contenha tais vícios.
- B** O ato administrativo praticado por funcionário de fato é considerado inválido.
- C** Poderá haver a delegação de competência para a prática de atos administrativos de um órgão administrativo e seu titular a outros, ainda que estes não lhes sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial, ressalvadas: a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- D** A Administração Pública deve a qualquer tempo anular seus próprios atos administrativos, quando eivados de vício de legalidade.
- E** A revogação do ato administrativo, por motivo de conveniência e oportunidade, não pode ser objeto de apreciação judicial nem de indenização ao particular.

QUESTÃO 92

Em matéria de direito ambiental, **assinale a alternativa correta.**

- A** O princípio do poluidor pagador tem como objetivo o ressarcimento do custo social da poluição, compensando os danos ao meio ambiente unicamente através de pagamento proporcional ao dano.
- B** Os Municípios não detêm competência legislativa em matéria ambiental.
- C** O Poder Público pode, sem necessidade de autorização legislativa, definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção.
- D** O artigo 225, § 4º, da Carta da República, converteu em bens públicos os imóveis particulares abrangidos pelas florestas e pelas matas neles referidas (Mata Atlântica, Serra do Mar, Floresta Amazônica brasileira, Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira), que passaram a ser considerados patrimônio nacional, de forma a impedir a utilização dos recursos naturais existentes pelos respectivos proprietários.
- E** Uma única conduta lesiva ao meio ambiente pode ensejar responsabilização cumulativa nas esferas penal, civil e administrativa. A pessoa jurídica da qual emanou o dano, entretanto, somente pode ser responsabilizada nas esferas civil e administrativa, enquanto os seus dirigentes poderão ser responsabilizados penalmente.

QUESTÃO 93

Sobre a administração pública, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** Remuneração, proventos, pensões ou qualquer outra espécie remuneratória dos ocupantes de funções e empregos públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B** Subordinam-se à Lei Nº. 8.666/93, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, os serviços sociais autônomos e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- C** A empresa pública e a sociedade de economia mista não estão sujeitas à recuperação judicial, extrajudicial e à falência.
- D** A proibição constitucional de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- E** Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

QUESTÃO 94

Sobre o serviço público, **assinale a alternativa incorreta.**

- A** Na forma da Lei Nº. 8987/95, considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- B** As parcerias público-privadas, na modalidade concessão patrocinada, serão utilizadas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- C** A concessionária está legitimada a interromper o fornecimento de energia elétrica se, após aviso prévio, o consumidor de energia elétrica permanecer inadimplente no pagamento da respectiva conta.
- D** Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas e gratuidade aos usuários de baixa renda.
- E** Em Direito Administrativo, extrai-se do princípio da subsidiariedade a primazia da iniciativa privada sobre a iniciativa estatal. A ação do Estado deve estar focada nas atribuições que só ele pode desempenhar como ente soberano (segurança, defesa, justiça, relações exteriores, legislação, polícia), cabendo-lhe, nos demais setores, fomentar, estimular, coordenar e integrar as ações dos particulares.

QUESTÃO 95

Assinale a alternativa correta.

- A** A Constituição Federal assegura no artigo 170, parágrafo único, o livre exercício da atividade econômica, mediante prévia autorização do poder público.
- B** Estão sujeitos às penalidades da Lei Nº. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, com exceção daquelas entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- C** Aqueles que exercem por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades sujeitas à Lei Nº. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), sem remuneração, não são reputados agentes públicos.
- D** O consórcio público, regularmente constituído nos termos da Lei Nº. 11.107/2005, poderá outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos independentemente de autorização no contrato de consórcio público.
- E** O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.

QUESTÃO 96

Em matéria de bens públicos, assinale a alternativa correta.

- A** São bens da União os rios que se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.
- B** São bens dos Estados e do Distrito Federal os potenciais de energia hidráulica.
- C** Não pode ser retribuído o uso comum dos bens públicos.
- D** Não é assegurada compensação financeira ou a participação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no resultado da exploração de recursos minerais oriundos da plataforma continental e do mar territorial.
- E** Os bens públicos dominicais não podem ser excepcionalmente alienados.

QUESTÃO 97

Em tema de função social da propriedade, assinale a alternativa correta.

- A** Observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores são requisitos necessários ao cumprimento da função social da propriedade rural.
- B** Os Estados e o Distrito Federal podem desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
- C** Na desapropriação para fins de reforma agrária, apenas as benfeitorias necessárias serão indenizadas em dinheiro.
- D** O Poder Público municipal pode exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de imposto sobre a propriedade predial e

territorial urbana progressivo no tempo, parcelamento ou edificação compulsórios e desapropriação com pagamento em dinheiro.

- E** As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especialmente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, indenizando-se o proprietário apenas quanto ao valor da terra nua.

QUESTÃO 98

Sobre o tema do controle da administração pública, no contexto da Lei Nº. 8.112/90, assinale a alternativa correta.

- A** Não retroagem à data do ato impugnado os efeitos da decisão de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso.
- B** O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não obstam a fluência da prescrição.
- C** Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, podendo ser renovado.
- D** Cabe recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.
- E** O direito de requerer prescreve em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e cassação de aposentadoria, e em 2 (dois) anos nos demais casos.

QUESTÃO 99

Em matéria de responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta.

- A** A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares depende de culpa.
- B** Quando há culpa exclusiva da vítima, o Estado não responde.
- C** É objetiva a responsabilidade das pessoas de direito privado exploradoras de atividades econômicas.
- D** No texto constitucional de 1988 (artigo 37, § 6º), o vocábulo “agentes” merece interpretação coincidente com a noção de funcionário público em sentido estrito.
- E** À minguia de direito de regresso, em relação ao agente causador do dano, nos casos de dolo ou culpa, não há falar em responsabilidade civil extracontratual do Estado.

QUESTÃO 100

No campo das licitações públicas, assinale a alternativa correta.

- A** É dispensável a licitação para contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- B** É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- C** A concorrência é facultativa para concessões de direito real de uso.
- D** O leilão é a modalidade de licitação utilizada para a alienação de bens imóveis.
- E** A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão.